



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

COMITÊ DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 16H30

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às dezesseis horas e trinta minutos, no Auditório, localizado no 24º andar do Edifício Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, reuniram-se, sob a coordenação da Vice-Presidente Administrativa Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves, o Vice-Presidente Judicial Rafael Edson Pugliese Ribeiro; os Desembargadores Sérgio Pinto Martins, Sonia Maria Forster do Amaral, Paulo José Ribeiro Mota, Roberto Barros da Silva, Ricardo Verta Ludovice, Regina Aparecida Duarte, Alvaro Alves Noga, Nelson Bueno do Prado, Mauro Vignotto e Maria Elizabeth Mostrado Nunes; os Juízes Moisés dos Santos Heitor, Rogério Moreno de Oliveira, Olga Vishnevsky Fortes, Rodrigo Garcia Schwarz, Farley Roberto Rodrigues de Carvalho Ferreira, Frederico Monacci Cerutti, Bruno José Perusso; e os servidores Adriana de Oliveira Bueno Gonçalves, Aline Maria de Castro Silva Rossi, Ana Celina Ribeiro Ciancio Siqueira, Antônio Donizete Ferreira da Silva, Aquiles Jose Malvezzi, Arlindo Antonio Teixeira da Costa, Bruno Motta de Andrade, Denize Mota, Gustavo Miranda da Silva, Joao Nazareth Oliveira Quirino De Moraes, Leandra Maria Leal de Sant`Anna, Marcio Nisi Gonçalves, Maria Claudia Daidone, Maria Inês Ebert Gatti, Maria Romana Almeida de Lima, Nivaldo Catania, Paulo Ricardo Barreto Ferreira, Paulo Jorge Peralta, Ricardo Alex Serra Viana, Robson Guimarães, Rômulo Borges Araújo, Sílvia Ramos Mathiasi, Tarcísio Ferreira, Vander Gomes Soares e Walter Clair Pereira, com a finalidade de avaliar os projetos nacionais e estratégicos.

A Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Abordou a pauta da reunião, direcionada principalmente à discussão de projetos, destacando que o TRT2 ocupa posição de protagonista em diversos deles.

Passou a palavra a Inês, que abordou o mapa estratégico, contextualizando brevemente o alinhamento do PEI com os projetos que seriam apresentados.



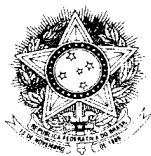
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Em seguida passou a palavra a Paulo Ferreira, que apresentou o projeto de capacitação de gestores, o qual, se aprovado, irá envolver a Secretaria de Gestão de Pessoas, a Escola Judicial, a Corregedoria e outras áreas. Contextualizou que este projeto está baseado em ações já realizadas no TRT4, cujo objetivo é a capacitação de Diretores de Varas do Trabalho. Isso trará ganhos à atividade fim, melhorando a qualidade de vida dos servidores e aprimorando procedimentos em Varas do Trabalho. Destacou a necessidade de envolvimento e atuação de palestrantes com perfis diferentes: um específico em temas de gestão, não relacionados diretamente às atividades cotidianas, que possivelmente necessitará contratação; e outro com conhecimentos afetos ao dia a dia do Tribunal, ocupado por magistrados ou servidores em razão dos temas.

Destacou como possível estratégia para contornar o risco da baixa adesão dos diretores, oferecer a possibilidade de inscrição nos temas de maior interesse. Exibiu então os módulos propostos com os conhecimentos contemplados, sugerindo que sejam validados por um grupo focal constituído por juízes e diretores que atuem em VT. Esclareceu que isso permitirá traçar os conteúdos a serem abordados em cada módulo, aumentando o envolvimento com representantes do público-alvo a adesão à capacitação.

A Desembargadora Regina Duarte questionou se já há dados disponíveis que embasem e reforcem as definições dos conteúdos, bem como a questão da obrigatoriedade da participação. Paulo opinou que a obrigatoriedade pode criar uma barreira, ponderando que uma divulgação adequada pode aumentar a adesão por uma capacitação optativa. A Desembargadora Regina sugeriu acréscimo de temas relativos a gestão socioambiental e acessibilidade, ao que os presentes concordaram.

O Diretor-Geral da Administração, Paulo Peralta, ressaltou que, considerando a visão institucional, o treinamento deve ser obrigatório, ao que Paulo Ferreira ponderou que essa discussão é fundamental no âmbito do grupo focal, pois envolverá representantes do principal público do projeto.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

A Juíza Olga Vishnevsky sugeriu que, junto com a capacitação, poderiam ser viabilizados tutoriais ou *wikis* para complementar o material e ampliar o impacto. Inês acrescentou que hoje já há uma iniciativa da Corregedoria Nacional com uma *wiki* para uso do PJe, que funciona como um manual para Diretores de VT, contendo fluxos de processos, dicas e modelos de despacho, por exemplo.

O Desembargador Sérgio Pinto Martins destacou que já há algumas capacitações previstas pela EJUD cujos temas estão alinhados a este projeto: um deles versa sobre a relação entre magistrados e servidores; outro refere-se a cálculos trabalhistas, que possivelmente será realizado em duas turmas, sendo uma na sede e outra no Fórum Ruy Barbosa. Avaliou que, em razão das experiências anteriores, este último deverá ser repensado, com possibilidade de diminuição da carga horária e adaptação do conteúdo.

Em seguida Inês abordou o projeto de digitalização de autos, cujo objetivo é, até 2020, eliminar a tramitação de processos físicos. Destacou como premissas: manutenção da CLE em processos baixados no TST; barrar a subida de processos com recurso para 2º Grau e priorização de julgamento de processos físicos em Segunda Instância. O Desembargador Rafael Pugliese ponderou que algumas diretrizes que partem dos Tribunais Superiores ou Conselhos não são aderentes às realidades de alguns Regionais. Questionou qual seria o custo para execução do projeto, ao que Inês respondeu que não haveria acréscimo de recursos financeiros inicialmente, pois seria utilizada a equipe de terceirizados que já atua na gestão documental. Apresentou os dados estatísticos com o volume de processos a serem contemplados no projeto na fase de conhecimento em 1º Grau, fase de conhecimento em 2º Grau e fase de execução. Destacou a possível necessidade de realizar um estudo das ações necessárias aos processos do saldo de arquivo provisório. Concluiu, informando que existem diversas situações de processos e que isso deverá ser objeto de análise pela equipe do projeto.

Discorreu então sobre o projeto Sistema de Controle de Depósitos Judiciais (SisconDJ), que também irá contribuir com a tramitação dos processos físicos e com o sucesso do projeto de digitalização. Destacou que já está em funcionamento um convênio



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

com o Banco do Brasil para expedição de alvarás eletrônicos, o que permitiu o levantamento de informações de depósitos judiciais que estavam parados e outras anomalias que dificultam a identificação do processo a que está vinculado. Enfatizou a importância da adesão da Caixa Econômica Federal ao sistema. Sinalizou que há aproximadamente 8,6 bilhões de reais no Banco do Brasil e 2,3 bilhões na Caixa Econômica Federal, em depósitos judiciais.

O Juiz Farley destacou a ocorrência de erros na operacionalização do convênio, como o preenchimento com erro de digitação nas informações bancárias, CPF ou outros dados, o que causa remessa de recursos a pessoas estranhas aos processos e já ocasionou inúmeros problemas, inclusive com o ressarcimento de recursos por parte de servidores. Destacou que isso causa temeridade pelos servidores na utilização do convênio. Opinou que, além da realização de capacitações, são necessárias melhorias técnicas para barrar essas dificuldades e insegurança. Márcio Nisi complementou informando que essa melhoria na validação com o CPF já foi encaminhada ao Banco do Brasil. Com relação ao preenchimento incorreto dos dados bancários, a remessa de recursos ocorre via TED, e destacou que sem uma integração de sistemas entre os bancos, não é possível implementar essa melhoria. Inês destacou que o SisconDJ será futuramente acoplado ao PJe. A tendência é que a Caixa Econômica Federal também venha a aderir ao sistema, pois, o volume de recursos tende a ir para o Banco do Brasil.

Rômulo corroborou com Inês, informando que o CSJT e outros órgãos da Justiça pretendem tornar o sistema nacional. Destacou que as melhorias devem ser levantadas e as adaptações realizadas para permitirem melhor uso. Como o TRT2 é protagonista em diversos projetos nacionais, opinou que seria interessante o encaminhamento de comunicado oficial já na próxima reunião do Colepccor pontuando essas demandas.

Jorge Peralta complementou a discussão, avaliando que nos casos de erros de digitação do TED, por exemplo, o banco tem responsabilidade de fiscalizar o envio de recursos para pessoas estranhas ao processo. A Desembargadora Jucirema concordou.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Em seguida, passou a palavra ao Márcio Milan, que abordou o projeto JusLaboris. Explicou que era uma iniciativa do CSJT para implementar um repositório centralizado que reúna o acervo dos Tribunais, mas que deixou de ser um projeto nacional. Informou que a nova diretriz estabelecida pelo Conselho é o envio de Ofício pelo Regional solicitando fornecimento do código fonte do sistema. Detalhou será fornecida apenas a plataforma tecnológica, e o apoio técnico restringe-se às fases de instalação e configuração das ferramentas, mas não ao desenvolvimento e implantação. Completou a exposição informando que este projeto abrangeria como conteúdo piloto apenas os atos normativos para posterior avaliação da ferramenta.

Com relação aos projetos nacionais, Milan apresentou os status de cada um, pontuando os cinco sistemas nacionais atuais: Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira - SIGEO, Sistema Integrado de Gestão de Pessoas - SIGEP, Processo Administrativo Virtual - PROAD, Sistema de Licitações e Contratos - SILC e Sistema de Controle de Material e Patrimônio - SCMP. Informou que 60% deles já estão implementados (SIGEO, SIGEP e PROAD). A proposta é implantar os dois últimos sistemas, sendo que o SILC ainda está em fase final de desenvolvimento pelo TRT4.

A Desembargadora Jucirema finalizou as apresentações destacando que a execução dos projetos nacionais está sob competência da Vice-Presidência Administrativa. Consultou os presentes sobre os projetos que serão apresentados à Administração com prioridade, abrindo espaço para questionamentos e esclarecimentos sobre os temas apresentados.

Com relação ao projeto de digitalização de autos físicos, Tarcísio questionou a obrigatoriedade da iniciativa e a questão de suporte técnico ao SAP. Inês informou que esse tema foi pauta de reunião do Coleprecior e Comitê PJe, e possivelmente será normatizado em breve. Com relação a segundo questionamento, Márcio Nisi esclareceu que há determinação do CSJT para que não haja investimentos em sistemas legados, e que em breve os contratos de suporte do iSeries irão vencer.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

A Desembargadora Sonia questionou a quantidade de pessoas na equipe de terceirizados para a digitalização. Inês esclareceu que não sabe precisar o quantitativo, mas com a equipe atual priorizando os processos que serão remetidos à Segunda Instância, considerando que há aproximadamente 10 mil processos físicos nessa situação, seriam necessários três meses para digitalizá-los.

Por fim, o Comitê debateu a priorização dos projetos, discutindo que muitos convergem quanto aos objetivos, e em alguns deles não há outra alternativa além da execução. A Desembargadora Jucirema concluiu a reunião comunicando que os projetos Capacitação para Diretores de Secretaria de Varas do Trabalho, Digitalização Processos Físicos, Saneamento de Depósitos Judiciais e Arquivamento Processual, Biblioteca Digital – Juslaboris, Implantação do Sistema de Controle de Material e Patrimônio - SCMP e Implantação do Sistema de Licitações e Contratos – SILC, estão aprovados, mas caso haja necessidade de priorização em razão de limitação de recursos, a avaliação será da Presidência.



DESEMBARGADORA JUCIREMA MARIA GODINHO GONÇALVES
COORDENADORA DO COMITÊ DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVA